

Relatório Trimestral de Acompanhamento do Plano Básico Ambiental

Duplicação da BR-386/RS Trecho Tabaí-Estrela

TOMO IV



JAN - MAR/2012

DNIT

GESTÃO
AMBIENTAL
BR386/RS


UFSC


FAPEU

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES –
DNIT

OBRAS PRIORITÁRIAS DE MELHORIA DE CAPACIDADE DA BR-386/RS,
INCLUINDO A DUPLICAÇÃO DA PISTA EXISTENTE

RELATÓRIO TRIMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO BÁSICO AMBIENTAL

Janeiro/2012 – Março/2012

RODOVIA: BR-386/RS

TRECHO: ENTR. BR-158(A) (DIV. SC/RS) - ENTR. BR-116(B)/290 (PORTO
ALEGRE)

SUBTRECHO: ENTR. BR-453(B)/RS-129 (ESTRELA) - ENTR. BR-287(A)
(TABAÍ)

SEGMENTO: km 351,5 - km 385,3

EXTENSÃO: 33,99 km

CÓDIGO PNV: 386BRS0260, 386BRS0263 E 386BRS0265

TOMO IV

SUMÁRIO

1. PROGRAMA DE APOIO À REALOCAÇÃO DA POPULAÇÃO DIRETAMENTE AFETADA PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO..	1
2. PROGRAMA DE MONITORAMENTO, CONTROLE E MITIGAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAIS.....	44
3. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE ARQUEOLÓGICO	79
4. PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, DIRECIONADO AO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS.....	80

1. PROGRAMA DE APOIO À REALOCAÇÃO DA POPULAÇÃO DIRETAMENTE AFETADA PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

As obras para ampliação da capacidade da rodovia BR-386, no subtrecho entre o entroncamento BR-453-RS-130 (para Lajeado) até o entroncamento BR-287 (A) – Tabaí, segmento entre os quilômetros 350,8 e 386,0, no estado do Rio Grande do Sul, com 35,2 km de extensão, prevêm a desapropriação e a realocação de população, necessitando, portanto, de um programa específico de apoio as famílias atingidas pelo empreendimento.

O deslocamento de população em função de realocação é indubitavelmente uma forma drástica de intervenção na propriedade e na moradia de uma pessoa, visto que se caracteriza como uma medida invasiva. Portanto, se faz necessário o desenvolvimento de uma política justa de realocação, que seja capaz de atender as demandas geradas em função das obras de duplicação da rodovia.

A realocação, para outro local adequado, das famílias atualmente residentes na faixa de domínio atual e futura da rodovia dispendo ou não de título de propriedade regularizado, pressupõem uma série de ações, não somente sob responsabilidade do Empreendedor como também do Poder Público Municipal, garantindo assim uma solução habitacional futura para essas famílias.

Neste sentido, as famílias que estão atualmente instaladas na faixa de domínio da rodovia BR-386, são objeto de ações de compensação e apoio social, com o objetivo de evitar que os afetados sejam prejudicados pelo empreendimento. Assim sendo, o Programa no que se refere à realocação desta população visa garantir a reposição das moradias, porém em condições de regularidade de titulação, permitindo uma melhora final em relação às condições atuais de moradia.

Através da parceria entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Termo de Cooperação nº 886/2010-DPP e processo nº

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

50600.014908/2010-90, que objetivam a execução de Programas Ambientais na BR 386/RS, trecho Tabai-Estrela, entre os km 350,8 – km 386,0 com 35,2 km de extensão, incluso como obrigatoriedade do processo de licenciamento ambiental, junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, constante na Licença Prévia nº 338/2009 e Licença de Instalação nº 709/2009, e juntamente com o contrato nº 274/2010 entre a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU que firmam a execução do projeto de extensão “Gestão Ambiental Interina para a Execução de Programas Ambientais na BR 386/RS”, financiado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT foi realizado este trabalho.

JUSTIFICATIVA

Garantir a liberação da faixa de domínio no subtrecho atualmente ocupado por moradias sem título de propriedade, fazendo com que a liberação de frentes de obras possa ser feita de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia e respectivo cronograma de trabalho. Entretanto, as famílias a serem realocadas deverão ter garantida uma situação de moradia em condições melhores do que se encontram atualmente.

OBJETIVO GERAL

O objetivo deste Programa é monitorar e avaliar o processo de realocação da população afetada pela ampliação da capacidade do segmento rodoviário em pauta. De forma a garantir que as famílias afetadas não venham a sofrer nenhum tipo de perdas, fazendo com que o processo transcorra sem conflitos e questões judiciais.

Dentro deste objetivo, o presente relatório aborda as ações necessárias que dão início ao Programa.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos das ações que darão início ao Programa são:

- Minimizar o número de pessoas e negócios deslocados devido às obras de duplicação da rodovia BR-386;
- Realizar o cadastramento completo de todos os realocados, contendo dados como nome, localização, classe socioeconômica, aspectos sociais relevantes, identificação de casos vulneráveis;
- Realizar o congelamento da ocupação da faixa de domínio, tanto em número de unidade como de moradores sujeitos a soluções de realocação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para alcançar os objetivos específicos, foram realizados questionários (anexo A) para o cadastramento das famílias que atualmente estão instaladas na faixa de domínio da duplicação da rodovia e a fixação de placas (anexo A) numerando as casas existentes, realizando assim o congelamento da ocupação da faixa de domínio.

IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO-ALVO

As famílias a serem realocadas localizam-se em área contígua a rodovia BR-386 especificamente entes o km 354+667,35 e o km 354+880,60, no município de Estrela.

Dentro do polígono afetado, encontram-se atualmente 18 residências ocupadas, tendo 4 a mais do dado que consta no Plano Básico Ambiental - PBA.

PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NOS IMÓVEIS

O número de famílias a serem realocadas é 18, com uma população total de 65 pessoas, 10 a mais do que previstas pelo PBA. Dos 65 moradores, 27 são do sexo masculino e 38 do sexo feminino, sendo destes 21 crianças e 08 adolescentes (conforme conceitos estabelecidos nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.069/90, que considera-se criança a pessoa de até 12 (doze) anos de idade incompletos e adolescente o sujeito de 12 anos completos a 18 anos incompletos.

O tempo de moradia ressalta que as pessoas encontram-se enraizadas na região e possuem vínculos de parentesco direto.

Quanto à situação ocupacional dos moradores, constatou-se que 26 pessoas possuem algum tipo de vínculo empregatício. Os empregos são em bairros próximos ou cidades vizinhas, fazendo com que metade dos trabalhadores não precisem de transporte para o deslocamento ao trabalho. A outra metade utilizam-se de transporte coletivo e individual para o deslocamento ao trabalho (carro e bicicleta). Já os estudantes utilizam-se do transporte escolar da Prefeitura.

No grupo há somente 2 pessoas aposentadas, 2 desempregados, sendo que um deles é portador de necessidade especial e 7 donas de casa.

Quanto à escolaridade, 50 pessoas possuem o ensino fundamental incompleto, sendo que 16 estão estudando, 4 são analfabetas, o restante são crianças que não freqüentam a escola ou freqüentam o pré-escolar.

A renda média per capita familiar é de aproximadamente R\$ 275,00 (duzentos e setenta e cinco reais), o que indica uma população de baixa renda no geral.

No que se refere aos imóveis, as residências de baixo padrão construtivo, em sua totalidade são de madeira, apresentando muitas frestas, a cobertura é de telhas de fibrocimento, não possuem forro e o piso é de madeira.

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

As condições sanitárias são precárias, pois não possuem banheiros, utilizando-se de “patentes” construídas nos fundos ou ao lado das casas. O lixo é coletado por serviço de limpeza.

Os moradores, na maioria dos casos, costumam participar da igreja existente na comunidade.

Com base nos dados coletados no questionário, destaca-se os seguintes casos de vulnerabilidade:

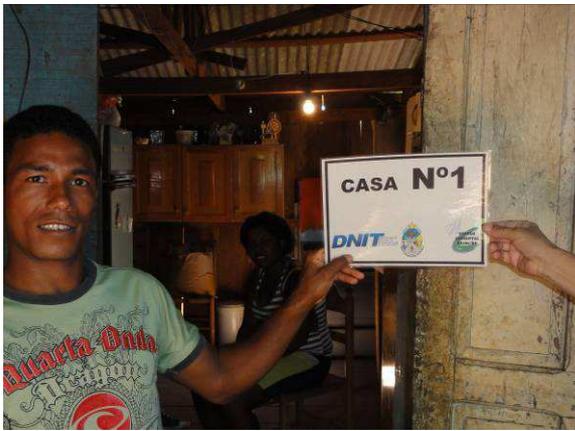
- 05 pessoas são portadoras de necessidades especiais e/ou doenças que limitem suas atividades habituais;
- Baixo nível de escolaridade;
- Grande quantidade de crianças na área, sem local específico para lazer;
- Condições de moradia precárias, sem saneamento básico.

ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO:

Desde a Gestão Ambiental Interina até o presente momento, foram realizadas ações com as populações a serem realocadas. Essas ações serão descritas no relatório a seguir.

1) IDENTIFICAÇÃO DAS FAMÍLIAS

A equipe de gestão ambiental da FAPEU, acompanhada pelo responsável pela habitação da Prefeitura de Estrela, realizou o recadastramento das famílias, que atualmente estão instaladas na faixa de domínio da duplicação da rodovia e a fixação de placas (fotos anexo) numerando as casas existentes, realizando assim o congelamento da ocupação da faixa de domínio.

	
<p>Morador mostrando o selo Nº1 de congelamento da sua casa.</p>	<p>Técnica da Gestão Ambiental cadastrando as casas das famílias de baixa renda localizadas próximas do trevo do acesso secundário de Estrela</p>

	
<p>Funcionário do setor de habitação juntamente com assistente social da prefeitura participando do congelamento das casas.</p>	<p>Senhora, moradora da área a ser desapropriada, com sua filha mostrando o número do selo de congelamento do seu imóvel.</p>

2) SEGUNDA ETAPA

Após o congelamento, a Equipe de Gestão Ambiental, juntamente com a assistente social da Prefeitura de Estrela e o responsável pela área de habitação municipal, realizaram uma reunião com os moradores da área afetada, onde foi explicado que deverá haver processo licitatório para aquisição

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

do terreno e para construções das novas casas ou uma solução que atenda aos anseios da comunidade e a celebridade da obra.



Reunião com a população de baixa renda



Comunidade reunida para escolher seus representantes e fazer suas considerações



Comunidade presente



Membros da comunidade assinando lista de presença

Para darmos andamento às próximas etapas, foi necessário identificar se a comunidade aceitava algumas possibilidades de realocação que flexibilizasse o processo e adiantasse a liberação da faixa de domínio do sub-trecho atualmente ocupado. As possibilidades foram:

Convênio N° 667/2011 DNIT – UFSC

- Todos serem deslocados para um loteamento novo, onde seriam construídas as casas de padrão popular;
- A realocação seria feita conjuntamente para Loteamentos populares já prontos, sendo as casas construídas e licitadas pelo DNIT;
- A realocação seria realizada independente para loteamentos prontos em diferentes locais, de acordo com a demanda destes lotes e o aceite de cada família, após verificação do local.

Os representantes das comunidades aceitaram qualquer das suposições, porém deixaram claro a necessidade de que o local seja próximo a transporte e unidades de saúde e educação e creches públicas.

Como tivemos dificuldade para reunir todo o grupo, em função dos diferentes horários de trabalho de alguns e também para facilitar os próximos passos do processo, nesta reunião também foram eleitos 3 representantes do grupo das 18 famílias que seriam as pessoas que nos acompanhariam nos levantamentos de terrenos e seriam as pessoas que participariam das reuniões com o DNIT.

Os representantes escolhidos foram:

- Sra. Vera Pereira da Luz;
- Sra. Claudete Couto;
- Sr. Rogério Pereira da Luz;

Abaixo, na próxima página, ata da reunião e lista de presença com relação das famílias de baixa renda:

Programa de Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento

Data: 06/06/2011

Tema da Reunião: REALOCAÇÃO COMUNIDADE STARITA

Equipe da Gestão Ambiental presente: RONALDO RODRIGOS
DEIVE (USUÁRIA) / ANA LUIZ (HABITANTE PERMANENTE)

Encontra com: COMUNIDADE

Ata da reunião

ÀS 19h INICIA-SE A REUNIÃO COM A EXPLICAÇÃO DO SR. RONALDO SOBRE O OBJETIVO DA REUNIÃO.

ATIVIDADES PROPOSTAS:

- 1) NECESSIDADES DA POPULAÇÃO
- 2) ESCOLTA DE RE-PRESENTANTES DA COMUNIDADE
- 3) APROVAÇÃO OU NÃO DO AQUILO DE LOTES INEXISTENTES = APROVAÇÃO A FRAGMENTAÇÃO DA REALOCAÇÃO COM LOTES EXISTENTES. ESCOLTA DOS REPRESENTANTES PARA ACOMPANHAMENTO DA EQUIPE DO DNIT

- DADO VEIA PEREIRA DO CPT CAS Nº 11
- DANIELA SCHWABER DO CPT CAS Nº 18
- ROGERIO PEREIRA DO CPT CAS Nº 1

AS NECESSIDADES APROVADAS SÃO:

- HOSPITAL, MERCADO, LUZ,
- CRECHE, ÁGUA, ÔNIBUS,
- CRECHE, ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO
- PROXIMIDADE COM PARENTE.

ÀS 19:30h TERMINA-SE A REUNIÃO

Ronaldo Rodrigues
Deive
Ana Luíz

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Programa de Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento

LISTA DE PRESENÇA

Data: 06/06/11

Número do documento:

TEMA: Escuta dos representantes das famílias, em que se discute possibilidade de reassentimento fragmentado em lotes prontos, disponíveis através.

LISTA DE PARTICIPANTES

NOME	ASSINATURA
Vanessa Pereira da Luz	Vanessa P. da Luz 91571405
Araceli Simões	9762.11.67
Marlene Simões	Marlene Simões 97309887
Wagner Simões	Wagner 91571405
Marlene Teresinha Canvalho	Marlene
Roseli Hingst	Roseli 98 57 2146
Vanilda Terezinha Simões	Vanilda 97309887
Terezinha Duarte	

Programa de Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento

Samuel Simões	
Dulce Maria Hingst	97234125
Chudis Leite	97638774 97543240
Alexandre José Duarte	97006842 97638774
Luís José	
Luís Fernando Hirschfeld	92209561
Flávia Lúcia Hirschfeld	32132001
Elvane Fátima da Silva	96524189
Regina Pereira da Luz	77841167
Leandro R. de Almeida de	97871167
Capitão Pereira da Luz	98907774

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

3) TERCEIRA ETAPA:

1 – informações relevantes quanto ao tipo de empreendimento a ser executado:

a) Tempo de licenciamento médios para Loteamentos novos: 30 a 60 dias se toda a documentação estiver ok – consultados o setor de licenciamento da prefeitura.

Fonte:

- Engenheiros Mateus - Tel: 051 3981 1016
- Engenheiro Gerson - Tel: 051 3981 1013
- Secretaria de meio ambiente, Sra Angela - Tel: 051 3981-1044.

	
<p>Reunião com secretário da Indústria e comércio também responsável pela habitação secretário</p>	<p>Secretário nos encaminhando aos órgãos necessários para levantamento das informações</p>

Obs1: Quando consultadas, algumas imobiliárias disseram ter mais dificuldades, porém funcionários da prefeitura disseram que dariam celeridade ao processo no caso da BR-386/RS por ser de interesse público.

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

b) Tempo médio de construção da infraestrutura de um loteamento, arruamento, posteamento, construção das casas populares, bem como ligação elétrica e hidráulica – 1,5 a 2,5 anos.

Fonte: Prefeitura de Estrela e imobiliárias.

2 – Opções de alguns terrenos verificados, na região, para um novo Loteamento.

a) Terreno com água e luz próximas, com rua lateral, na rodovia Trans-Santa Rita (acesso secundário de Estrela) com 12.555 M² sem benfeitorias. Endereço: Trans-Santa Rita , Estrela – RS. Referência: 50 m da unidade do SESI do município de Estrela. Área de 150m de frente X 83,30m de fundos. Valor: R\$ 220.000,00. Contato Sr. Otacílio Tel: 051 9742 8440. Vantagem: Ótimo terreno, próximo a comunidade atual, mais próximo da cidade e de toda infra-estrutura. (possuímos fotos) – O proprietário aceita fazer loteamento popular com custo de R\$ 26.000,00 por lote pronto. Negocia.

Terreno na rodovia Trans-Santa Rita - Próximo ao SESI - Estrela

	
<p>Acesso pela Frente do Terreno</p>	<p>Acesso por trás do Terreno</p>



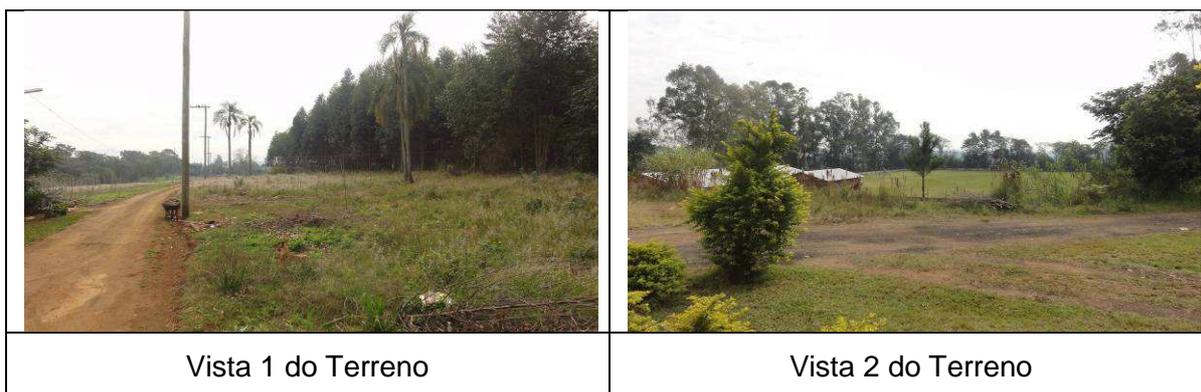
b) Terreno verificado na Rota do Sol

Terreno com água e luz próximas, com rua lateral, na rodovia Rota do Sol

Contato Sr. Otacílio Tel: 051 9742 8440.

Terreno em boas condições, próximo ao trevo principal de Estrela, com creche e transporte público próximos.

Terreno na Rota do Sol - Próximo ao trevo de Estrela



	
<p>Terreno com acesso a Rodovia Rota do Sol</p>	<p>Acesso ao Terreno</p>

Outros terrenos verificados:

c) Terreno de 3,5 ha (60 m de largura) formando uma tira ao lado da BR 386, indicado pelo Prefeito de Estrela (proprietário Olmiro Miranda – Tel: 051 9393 4034) em frente a empresa BLM caminhões – ao lado da empresa Antares carrocerias, próximo ao trevo principal da cidade – Local : Terreno de 4 herdeiros, abaixo do asfalto uns 4 m, sujeito a alagamento de 50% do terreno segundo o esposo de uma das herdeiras (Sra Eliane Ballus Mallmann) – Valor R\$ 280 mil reais – avaliação superficial: Terreno com perfil para empresa comercial, precisa ter investimento em aterro, via de acesso e demais benfeitorias - Teria que ser melhor avaliado por engenheiros e agrimensores.

d) Terreno no Bairro Oriental, próximo a rodoviária de 2.300 m2 por R\$ 290 mil reais – contato Sr, João da imobiliária Estrela – Tel: 3712 1403/ 8161 6700

3 – Lotes prontos para construção já com infra-estrutura de arruamento, postes e rede hidráulica.

Obs: No caso de distribuição das famílias em lotes diferentes, como já fizemos a consulta previa à comunidade, faltaria a consulta ao IBAMA (cumprimento do PBA – contrapartidas EIA).

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

a) Loteamento no bairro Pinheiros (só tem 4 lotes disponíveis) pavimentado em brita, de Eidt Empreendimentos Ltda – sendo: 1 de 298 m² por R\$ 35 mil, 2 de 361 m² por R\$ 41 mil e 1 de 429 m² por R\$61mil reais. Contato Sr João da Imobiliária Estrela – Tel: 051 3712 1403/ 8161 6700. possibilidade de se fazer casas geminadas ou 2 andares desde que haja concordância das famílias realocadas e demais consultas aos órgãos competentes.

b) Loteamento no acesso a cidade de Bom retiro do Sul da mesma empresa (possui 30 lotes a R\$31 mil reais cada). Problema – longe do local atual da comunidade em outro município próximo, o que poderá gerar problemas na aceitação. Contato também com Sr. João – imobiliária Estrela.

Principais empresários do setor que possuem loteamentos aprovados na secretaria do meio ambiente.

- Eidt Empreendimentos – (José Eidt) – Tel: 051 3712-3596
- Bronstrup e Filhos – Tel: 051 3712-2045
- Zanella - Tel: 051 3712- 2045

4) QUARTA ETAPA: A EMPRESA STE, RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DAS DESPROPRIAÇÕES ASSUME A REALOCAÇÃO DAS FAMILIAS DE BAIXA RENDA

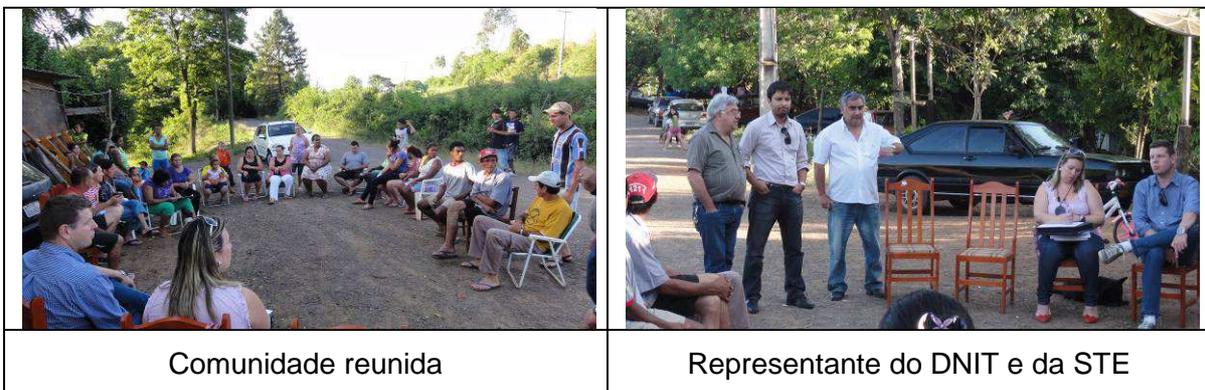
A STE passou a ficar responsável por todos os processos de desapropriações relativas às obras de duplicação da BR-386/RS e, por conseguinte, assumiu a responsabilidade por executar o processo de realocação das famílias de baixa renda diretamente atingidos pela obra.

A equipe da Gestão Ambiental da BR-386/RS, além de repassar todas as informações relativas ao processo por ter iniciado o processo interinamente, como já foi citado acima, continua interagindo e fazendo a supervisão dos processos, orientando a questão pela ótica da execução das contrapartidas relativas ao PBA e da licença ambiental, assim como as relações com os órgãos fiscalizadores, nesta situação, em especial, as relações com o IBAMA.

O marco da transição iniciou com uma reunião solicitada pela Gestão Ambiental à comunidade, onde foi apresentada a equipe da STE composta por um engenheiro, um técnico e uma assistente social, além da presença do engenheiro do DNIT responsável pela obra .

Nesta reunião, explicaram-se os próximos passos, sendo repassados aos moradores os telefones de contato da empresa contratada pelo DNIT.

Relatório Fotográfico:



	
<p>Engenheiro responsável pela obra e pessoal da STE</p>	<p>Assistente social da STE</p>

Após o início dos trabalhos, notadamente as pesquisas e atualização das informações sócio-econômicas feitas em visitas domiciliares pela assistente social a cada família, notou-se que a maioria dos moradores já havia procurado algum tipo de imóvel e tinham necessidades, agora declaradas, diferentes do início da confecção do PBA.

Seguindo um critério usado pela Prefeitura de Estrela, que em suas campanhas de habitação para pessoas de baixa renda, não reúne estas famílias em estado de vulnerabilidade em um só local para não serem criados “guetos” que gerariam preconceitos ou estigma, ficou acertado que, seria proposto ao IBAMA o ajuste do subprograma de modo que a opção inicialmente apontada, de construção de uma nova Vila de moradores de baixa renda, seria substituída para indenização por desapropriação com compra assistida de imóvel.

Na reunião realizada junto ao IBAMA ficaram acordados os termos para ajuste do PBA, sendo solicitado envio formal da proposta. A ata da reunião junto ao IBAMA e a proposta de ajuste do PBA encaminhada mesmo são apresentadas em anexo ao final do presente.

Durante o levantamento socioeconômico detalhado foram identificados dois moradores que, após entrevistas e visitas domiciliares da assistente social, foram incluídos no rol das famílias de baixa renda, completando 20 famílias.

Dois Novos Moradores Localizados e Cadastrados

Registro Fotográfico:



Morador sendo entrevistado pela assistente social e acompanhado pela gestão Ambiental



Morador exibe seu selo de numero 19



Assistente Social com a pesquisa sócio econômica



Morador exibe selo de numero 20 para realocação

ANEXOS

ATA DA REUNIÃO JUNTO AO NLA IBAMA

MEMÓRIA DE REUNIÃO		
Data: 10/02/2012	Local: NLA / IBAMA / RS	
Assunto: PROGRAMA DE APOIO À REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DE RUA DA CIDADE		
Participantes	Instituição	Fone/e-mail
Diana N. Saito	NLA / IBAMA / RS	(51) 3448 2444 diana.saito@ibama.gov.br
LESTIANO J. SOUZA	NLA - IBAMA	51 3224 3458 lestiano@ibama.gov.br
LOUIZ FERREIRO AMARAL	FAPSC-DNIT	(51) 3343 816 03
Humberto Hugo de Silva	DNIT/RS	51 3343 816 03 / humberto@dnit.gov.br
José Roberto Martins	SITE	(51) 3351-1961
Miguelito Rodriguez	SITE	(51) 3334 43 74 / miguelito@site.com.br
Rosângela P. S. Silva	FAPSC-DNIT	(51) 3334 43 43
<p>Foi apresentado ao Ibama uma nova proposta de realocação das famílias de rua da cidade na forma de indenização a ser concedida o valor de avaliação técnica da benfeitoria + parcela de valor complementar a ser definida pela juiz. Além disso, foi proposta a compra parcelada dos novos imóveis. Foi solicitado ao Ibama que eles alterassem seus procedimentos com o detalhamento de todas as etapas após. São realizadas uma audiência pública com a comunidade no dia 10 de maio de 2012 visando a apresentação do local. Sendo realizadas as benfeitorias. Foi apresentado ali o dia 10 de maio de 2012 o PDI elaborado</p> <p style="text-align: center;">/ 19 0 5</p>		

1.jpg

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**

**DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES – DNIT
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**OBRAS PRIORITÁRIAS DE MELHORIA DE CAPACIDADE DA BR-386/RS,
INCLUINDO A DUPLICAÇÃO DA PISTA EXISTENTE**

**PROGRAMA DE APOIO À REALOCAÇÃO DA POPULAÇÃO
DIRETAMENTE AFETADA PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

RODOVIA: BR-386/RS

**TRECHO: ENTR. BR-158(A) (DIV. SC/RS) - ENTR. BR-116(B)/290 (PORTO
ALEGRE)**

**SUBTRECHO: ENTR. BR-453(B)/RS-129 (ESTRELA) - ENTR. BR-287(A)
(TABÁÍ)**

SEGMENTO: km 351,5 - km 385,3

EXTENSÃO: 33,99 km

CÓDIGO PNV: 386BRS0260, 386BRS0263 E 386BRS0265

**PROGRAMA DE APOIO À REALOCAÇÃO DA POPULAÇÃO
DIRETAMENTE AFETADA PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO**

SUPERVISÃO: Diretoria de Planejamento e Pesquisa

COORDENAÇÃO: Coordenação Geral de Meio Ambiente

FISCALIZAÇÃO: Superintendência Regional Estado do Rio Grande do Sul

**ELABORAÇÃO: Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação de
Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária**

CONVÊNIO: 2010/0166

1. APRESENTAÇÃO

O presente documento, denominado Programa de Apoio a Realocação da População Diretamente Afetada Pela Implantação do Empreendimento, capítulo pertencente ao Programa Básico Ambiental (PBA) da obra de duplicação da BR-386/RS, trecho Tabai - Estrela, segmento Km 351,50 – Km 385,3, apresenta as alterações surgidas no programa inicialmente proposto pela Empresa MRS, responsável pela elaboração do PBA, em resposta às demandas que surgiram no decorrer da execução do trabalho social junto à população diretamente afetada pelas obras de duplicação da rodovia BR-386/RS, no trecho entre Tabai e Estrela.

O programa de apoio à realocação da população diretamente afetada apresentado anteriormente foi elaborado pela empresa MRS, responsável pelo EIA/RIMA e PBA, e necessitou ser ajustado para que atendesse a nova configuração de realocação da população afetada.

Desta forma, o presente documento contém dados que justificam tais alterações que surgiram em função da opção de indenização das famílias e não do reassentadas em lote único, como inicialmente foi preconizado no PBA.

PROGRAMA DE APOIO À REALOCAÇÃO DA POPULAÇÃO DIRETAMENTE AFETADA PELA IMPLANTAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

2. INTRODUÇÃO

As obras para ampliação da capacidade da rodovia BR-386, no subtrecho entre o entroncamento BR-453/RS-130 (para Lajeado) até o entroncamento BR-287(A) – Tabaí, segmento entre os quilômetros 350,8 e 386,0, no estado do Rio Grande do Sul, com 35,2 km de extensão, preveem a desapropriação e a realocação da população, necessitando, portanto, de um programa específico de apoio às famílias atingidas pelo empreendimento.

O deslocamento da população em função de realocação é indubitavelmente uma forma drástica de intervenção na propriedade e na moradia de uma pessoa, visto que se caracteriza como uma medida invasiva. Portanto, se faz necessário o desenvolvimento de uma política justa de realocação, que seja capaz de atender as demandas geradas em função das obras de duplicação da rodovia.

A retirada e a realocação, para outro local adequado, das famílias atualmente residentes na faixa de domínio atual e futura da rodovia dispendo ou não de título de propriedade regularizado, pressupõem uma série de ações, não somente sob-responsabilidade do Empreendedor como também do Poder Público Municipal, garantindo assim uma solução habitacional futura para essas famílias.

No que se refere às desapropriações, existem procedimentos previstos pela legislação em vigor que garantem aos proprietários a indenização de terrenos e imóveis em valores que permitem a sua reposição. No caso dos imóveis irregulares, o valor da indenização prevista pela legislação somente contempla o valor das benfeitorias, sem incluir o valor do terreno, situação que pode gerar um risco de pauperização e provavelmente invasão de novas áreas irregulares. Neste sentido, as famílias que estão atualmente instaladas na faixa de domínio

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

da rodovia BR-386, são objeto de ações de compensação e apoio social, com o objetivo de evitar que os afetados sejam prejudicados pelo empreendimento. Assim sendo, o Programa no que se refere à realocação desta população visa garantir a reposição das moradias, porém em condições de regularidade de titulação, permitindo uma melhora final em relação às condições atuais de moradia.

O Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada segue as orientações estabelecidas no Estudo de Impacto Ambiental – EIA e no respectivo Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, referentes ao empreendimento em questão, traduzindo assim, as preocupações do Empreendedor com a questão.

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo Geral

O presente Programa de tem como objetivo principal monitorar e avaliar o processo de realocação da população afetada pela ampliação da capacidade do segmento rodoviário em pauta. De forma a garantir que as famílias afetadas não venham a sofrer nenhum tipo de perdas.

3.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Programa de Desapropriação são:

- Minimizar o número de pessoas e negócios deslocados devido às obras de duplicação da rodovia BR-386;
- Compensar adequadamente os atingidos pela perda de bens e propiciar sua realocação de forma menos traumática;
- Ouvir e entender as necessidades dos afetados;

- Mitigar o impacto da obra;
- Possibilitar a manutenção das condições socioeconômicas dos afetados;
- Auxiliar na restauração do nível de vida dos impactados;
- Realizar o acompanhamento dos processos de desapropriação e de pós- deslocamento dentro do período da obra;
- Realizar o monitoramento social dos afetados durante o período da obra.

4. METAS

Este Programa tem como meta garantir a liberação da faixa de domínio no sub-trecho atualmente ocupado por moradias sem título de propriedade, garantindo que a liberação de frentes de obras possa ser feita de acordo com o Projeto Executivo de Engenharia e respectivo cronograma de trabalho. Entretanto, as famílias a serem realocadas deverão ter garantida uma situação de moradia em condições melhores do que se encontram atualmente.

5. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este Programa levou em consideração as informações contidas no Projeto Executivo de Engenharia das Obras Prioritárias de Melhorias de Capacidade da BR-386, especificamente no que se refere ao Projeto de Desapropriação que contempla as realocações que deverão ser realizadas.

Desta forma, o Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento, será aplicado às famílias que ocupam a faixa de domínio e que serão realocadas. Todo o processo de realocação será conduzido de forma a gerar o menor grau de impacto possível na população em questão. Portanto, deve ser estabelecido procedimentos claros, mediante acordo entre o empreendedor e os atingidos. Desta forma,

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

optou-se pela indenização no intuito de garantir o menor grau de impacto a população em questão. A indenização foi estabelecida de acordo com o levantamento realizado juntamente com a população durante as visitas domiciliares individuais, onde foi identificado por meio destas que as famílias não demonstravam mais interesses comuns no que tange a permanência do grupo além de terem objetivos de vida diferenciados. Assim sendo, foram elaborados procedimentos claros e padronizados sobre o processo de remanejamento populacional. Abaixo segue as ações planejadas:

- Dimensionamento e caracterização da população alvo de realocação;
- Visitas domiciliares;
- Elaboração de um banco de dados com cadastro completo e atualizado de todos os realocados e desapropriados, contendo dados como nome, localização, classe socioeconômica, aspectos sociais relevantes, identificação de casos vulneráveis;
- Estabelecimento das premissas básicas do Programa, tendo como base as recomendações contidas no Estudo de Impacto Ambiental do empreendimento.

O Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento deverá estar compatibilizado com os cronogramas de obras, dessa forma, o início das obras estará vinculado à realocação das famílias. Portanto, o trecho onde atualmente as famílias estão habitando não poderá sofrer qualquer interferência antes do remanejamento total das pessoas que ali residem.

5.1 Ações e Atividades para o Desenvolvimento do Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada

As atividades concernentes à implantação do Programa antecedem o início das obras de duplicação da rodovia limitando-se ao término desta. Para a implantação deste Programa estão previstas as seguintes ações:

- Ação de visitas individuais, por família com o objetivo de levantar e mapear dados mais detalhados sobre a população afetada;
- Congelamento da ocupação da faixa de domínio, tanto em número de unidades como de moradores sujeitos a soluções de realocação;
- Formação de uma comissão de representantes dos atingidos;
- Realização de reuniões, para assegurar que a população afetada seja uniformemente informada sobre as questões relativas a realocação, assim como sobre suas opções e direitos;
- Atendimentos individuais e coletivos (caso necessários) para que dúvidas sejam dirimidas e situações especiais possam ser adequadamente encaminhadas pelo empreendedor;
- Realização de oficinas de orientação e conscientização para aquisição de moradia;
- Indenização das famílias;
- Transferência das famílias;
- Apoio técnico e social às famílias realocadas, com acompanhamento durante o período da obra.

5.2 Ação de Visitas Individuais

Quando do início das obras o empreendedor deverá atualizar o cadastros das famílias a serem realocadas e desapropriadas, adequando o Programa de

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento ao Projeto Básico de Desapropriação. Para tanto, deverá ser realizado um levantamento censitário da população afeta, abrangendo indicadores como composição familiar, nível educacional, fontes de renda, organização dos moradores, informações sobre os meios de vida, características sociais e culturais da população, padrão dos domicílios, mapeamento de serviços públicos, equipamentos urbanos, instituições formais e informais (ONGs, organizações comunitárias, associações de bairro, etc.) redes sociais, serviços sociais, infraestrutura pública, etc.

Para que este trabalho ocorresse de forma tranquila e funcionasse bem, foi possível contar com a ajuda e orientação do Serviço Social da Secretaria de Habitação do município de Estrela. Os serviços de atualização de dados cadastrais, acompanhamento das famílias e encaminhamentos a outros serviços que se fizeram e se fazem necessários, são articulados juntamente com a Prefeitura Municipal de Estrela, por meio da Secretaria acima referida. Assim, o trabalho que foi e ainda continua sendo executado com as famílias, tem tido um belo desempenho, pois trouxe resultados significativos e que realmente vem oportunizando condições de trabalhos e aproximação a cada contato feito com a população atingida pela obra.

Além do levantamento censitário deverá ser elaborado durante os encontros entre a equipe responsável pelo Programa e a população afetada o histórico da ocupação com informações sobre a origem dos moradores, suas crenças e anseios.

É importante ressaltar, que o Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela implantação do empreendimento tem como meta, garantir a qualidade de vida dessas pessoas, bem como assisti-las para que possam restaurar e até mesmo melhorar as suas condições de moradia, que neste caso específico, apresentam condições não adequadas de habitação.

Uma das grandes preocupações dos moradores é em relação ao local para onde serão levados no caso de remanejamento, pois enquanto alguns

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

consideram difícil a vida na zona urbana do município, visto que ficariam impossibilitados de criarem pequenos animais para subsistência (porcos, galinha, cabra, etc.), devido à falta de espaço, outros, já tem preferência pela zona urbana.

Há casos de pessoas em tratamento médico necessitando morar próximo as redes de atendimento de saúde e assistência a família, levando em conta também que há famílias que necessitam ter um fácil acesso, pois seus trabalhos são nas indústrias do município. Ainda há a situação das famílias que tem algum comércio como é o caso da que possui uma oficina mecânica, sendo indispensável irem para zona urbana para que possam continuar garantindo seu sustento. Neste sentido a questão vizinhança já não se faz tão importante conforme levantamento realizado individualmente por meio das visitas individuais.

Ressaltamos aqui a situação da família do Sr.Elmo Pereira da Luz, aposentado, portador de necessidades especiais, que reside em companhia de seu filho Renato Pereira da Luz, portador de transtornos mentais, onde ocupam a faixa de domínio da rodovia aproximadamente 30 anos, entretanto, no decorrer deste período também ocupou outros trechos . Atualmente outros membros de sua família habitam a área que será desocupada, são filhos, netos, noras e genros. Necessitando neste caso, em especial, que um de seus familiares fique responsável legalmente por eles, pois Senhor Elmo e Renato necessitam de cuidados especiais em função de suas limitações.

5.3 Congelamento da Ocupação da Faixa de Domínio

Ações para evitar que novas famílias usem e ocupem a área em questão.

5.4 Formação de uma Comissão de Representantes dos Atingidos

Deverá ser formada uma comissão de representantes dos atingidos, que se responsabilize em repassar as informações e acordos a toda comunidade.

5.5 Realização de Reuniões e Atendimentos Individuais

As reuniões podem ser feitas com a comissão de representantes dos atingidos ou com toda a população, para o repasse de informações e esclarecimentos de dúvidas.

5.6 Realização de Oficinas de Orientação e Conscientização para Aquisição de Moradia

Deverá ser garantindo um trabalho de conscientização e educação, por meio de oficinas e trabalhos em grupo, no intuito de promover orientações a cerca dos gastos que estas famílias terão, tais como água e luz. Serão trabalhadas também questões ambientais. Para que através deste trabalho, possam refletir como será sua nova forma de viver, assegurando dessa forma, condições adequadas de moradia e qualidade de vida.

5.7 Indenização das Famílias

Em concordância com as famílias atingidas, firmou-se opção das mesmas pela indenização. Este acordo se deu em função de diversidades entre as famílias por opção de locais de moradia e interesses muito diferentes.

O desmembramento deste grupo evita que sofram marginalização quando colocados juntos em áreas exclusivas. As famílias em separado têm grau de aceitação maior em uma comunidade ou bairro, conforme foi apontada experiência pela Prefeitura de Estrela, pois no município em questão não existem bolsões de miséria, vulnerabilidade, em um local específico.

O valor da indenização a ser recebido pelas famílias será composto pela reposição das benfeitorias, sendo que cada caso será analisado individualmente para a determinação de um valor a ser recebido que garanta a aquisição de título de terra e moradia nos moldes do Programa “Minha casa

Minha Vida”, atendendo as necessidades de cada família.

Este procedimento foi realizado através de levantamento cadastral das benfeitorias, avaliação das benfeitorias por empresa especializada, após apresentação de laudos técnicos individuais de vistoria e avaliação, discriminando as benfeitorias indenizáveis. Após levantamento realizado dos laudos acima referidos, os mesmos são anexados ao processo de desapropriação e encaminhados ao DNIT (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes) para apreciação da comissão de desapropriação do mesmo, ocorrendo assim uma audiência pública com a população diretamente afetada para colocação dos valores.

Depois de ocorrido o procedimento acima citado e finalizado as audiências com a indenização, as famílias serão assistidas até a efetivação da compra de sua nova moradia, no intuito de garantir o uso adequado do valor recebido, impedindo desta forma que voltem à situação de invasores em outros pontos da rodovia. Deste modo, pensou-se em possibilitar as famílias uma orientação através da "compra assistida", ou seja, fazer um acompanhamento do início ao fim da tramitação legal da compra da sua nova moradia. Tanto no aporte jurídico, quanto social, visando à garantia do atendimento deste programa e melhorando as condições de moradia e qualidade de vida destas famílias.

5.8 Transferência das Famílias

A transferência das famílias para o local de remanejamento é de responsabilidade do empreendedor. Este processo compreende a organização de um cronograma bem ajustado com as famílias a realocar, da disposição dos meios de transporte e demais suportes para a transferência das pessoas, animais e equipamentos de trabalho, bem como equipamentos de habitação. Todas as famílias e atividades sujeitas à realocação, independente da situação socioeconômica, terão tratamento adequado.

5.9 Apoio Técnico Social e Jurídico

Dado as características da população, que possivelmente possui pouco conhecimento administrativo e burocrático, será possibilitado através da "compra assistida", conforme citada no item 4.16.4.7, um serviço de apoio à resolução de questões de organização do novo imóvel, esclarecimento quanto à documentação legal, etc. Estas atividades deverão ser mais intensas nos primeiros meses do processo, mas devem ser acompanhadas durante o ano em que se dará a transferência e enquanto durar a obra, após a transferência efetivada, de modo a garantir a adaptação social. Após a realocação das famílias, as mesmas terão um acompanhamento social, que ocorrerá por meio de visitas trimestrais em seus novos endereços, com intuito de averiguar se as famílias estão conseguindo se adaptar as novas condições de vida.

6. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE REALOCAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Programa de Apoio a Realocação deverá ocorrer desde a sua implementação e acompanhar todo o desenvolvimento do processo de realocação de modo a possibilitar a mitigação a contento dos impactos negativos que por ventura venham a surgir no decorrer do processo, permitindo assim toda e qualquer correção necessária em tempo hábil.

As principais questões a serem verificadas nas ações de monitoramento consistem em aferir o grau de aceitação da população objeto às novas condições de vida, a situação de conforto e adaptação à nova moradia, restabelecimento da rotina de vida e produtividade, a reinserção social e acesso aos serviços públicos e equipamentos sociais, dentre outras. Para tanto, os objetivos básicos do monitoramento e avaliação deste Programa são:

- Observar se todas as ações do Programa de Apoio à Realocação estão sendo desenvolvidas dentro das diretrizes e conceitos

básicos;

- Propor correções caso seja detectada alguma inconsistência;
- Detectar qualquer tipo de oportunidades ou entraves para a implantação das ações proposta neste Programa;
- Avaliar os efeitos e resultados do Programa sobre a população afeta, considerando para isto, o cenário existente antes da implantação do empreendimento, assim como durante a obra.

Desta forma, após a realocação, uma pesquisa de avaliação deverá ser realizada com a população afetada, para mensurar o grau de adaptação ao novo local de residência e ao novo imóvel; verificar as variações socioeconômicas; o processo de reinserção social e as implicações na rotina dos realocados.

O monitoramento e a avaliação deverão ser realizados por uma equipe interdisciplinar que não esteja diretamente envolvida com o processo de desapropriação e realocação, de forma que esta tenha condições de avaliá-lo de maneira isenta.

6.1 Recomendações quanto ao monitoramento e avaliação

No que se refere à avaliação e o monitoramento, estes devem conhecer por meio de comprovação objetiva e sistemática o andamento do Programa e se seus objetivos estão sendo alcançados e se a situação está sendo modificada.

O monitoramento e a avaliação devem alcançar os seguintes objetivos:

- Verificar se as ações propostas estão sendo desenvolvidas a contento ao longo da execução dos trabalhos e, se necessário, propor medidas corretivas em tempo hábil;
- Registrar as condições de moradia antes e depois do Plano de

Realocação, por meio de registro fotográfico;

- Aferir por meio de pesquisa qualitativa, o grau de satisfação da população às novas condições de vida, observando os seguintes pontos: dúvidas e insegurança, a situação de confronto e adaptação à nova moradia, as melhorias no padrão de vida, acesso aos serviços públicos e equipamentos sociais, dentre outros.

A execução do monitoramento e avaliação resulta do planejamento integrado das várias ações estabelecidas para o Programa de Apoio à Realocação da População, de forma a permitir a agilização dos trabalhos, a identificação prévia de entraves específicos, ou gerais, e visa programar as correções de rumos operacionais, para a efetivação da inserção das famílias à nova realidade.

Para realizar o acompanhamento, avaliar o desempenho, a eficácia e efetividade das ações propostas pelo Programa, serão utilizados instrumentos que possibilitem identificar o êxito alcançado pelas atividades realizadas junto aos beneficiários. Dessa forma, deverá ser realizada a avaliação de processo, trata-se de uma avaliação para identificação dos aspectos relativos à implantação do Programa, apontando os pontos onde serão gerados ganhos ou perdas no atendimento de suas metas junto ao seu público alvo. Com isto, este processo avaliativo permitirá reordenar ou readequar as ações e atividades que por ventura não estejam de acordo com o resultado esperado.

Na sequência, se fará a avaliação de resultados, referente, a avaliação do nível de transformação da situação a qual o programa se propôs a modificar, expressando o grau em que os objetivos foram alcançados. Por fim, realizar-se-á, avaliação de impacto, que terá como objetivo averiguar o alcance dos objetivos propostos e conhecer os efeitos produzidos pelo programa.

As avaliações de algumas atividades, como grupos educativos e oficinas

serão realizadas no decorrer do Programa, junto aos beneficiários, mediante a utilização de formulários e discussão oral. Atas e avaliações escritas serão instrumentos de registros elaborados posteriormente pela equipe técnica.

A equipe técnica fará reuniões mensais internas, para avaliar as atividades realizadas no período, enfatizando os aspectos facilitadores e dificultadores que serão observados durante todo o processo de execução do Programa.

7. INDICADORES DE MONITORAMENTO

Os indicadores de monitoramento do Programa devem ser tanto quantitativos (construídos a partir de estatísticas) como qualitativos (avaliações, tais como, pesquisa de opinião ou grupos de discussão), devendo abranger aspectos relativos às seguintes temáticas: aceitação da indenização pelas famílias, condições sanitárias e abastecimento de água; coleta de lixo; acesso a educação e a saúde; transporte; trabalho e renda; organização e relações sociais; adaptação no novo local e na nova moradia.

7.1 Comunicação Social

O Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento faz parte do conjunto de Programas Ambientais que compõem este Projeto Básico Ambiental (PBA). Assim sendo este programa deve manter interação com o Programa de Comunicação Social que prevê ações de comunicação voltadas à população diretamente afetada pelas obras, incluindo neste caso a população a ser realocada, que receberá informações permanentes em consonância com as frentes de trabalho e terá no Programa de Comunicação Social um canal para dirimir dúvidas, segurança e outros. Dentre as atividades previstas no PCS tem-se:

- Realização de campanhas informativas para a informação da comunidade vizinha;

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- Realização de campanhas informativas específicas para a informação da comunidade indígena;
- Instalação de uma Central de Informações Ambientais sobre o empreendimento, na região central do trecho a ser duplicado;
- Fortalecimento dos canais de comunicação existentes e criação de novos canais por meio da organização comunitária;
- Criação de um canal direto de comunicação (0800 – 386) e ouvidoria do DNIT, através do site.

Além das ações acima citadas, deve ser realizada uma campanha informativa específica para a população objeto de desapropriação e realocação, a fim de esclarecer os procedimentos que serão adotados. Também é de fundamental importância que sejam realizadas reuniões com o grupo de moradores que serão realocados, tais reuniões deverão ter o acompanhamento de um assistente social vinculado a Prefeitura do município a qual pertencem.

Assim sendo, a partir do censo e do estudo das características da população, será implementado o plano de relacionamento e acompanhamento dos realocados, que contempla contatos periódicos com todos os casos de realocação a partir da desocupação do imóvel, através de visitas em domicílio, por um período de 12 meses.

Além disso, o Empreendedor deverá buscar estreitar os canais de comunicação com a população a ser desapropriada e realocada através da disponibilização de um endereço de e-mail e atendimentos telefônicos.

8. INTERFACE COM OUTROS PROGRAMAS

O Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela implantação do empreendimento fará interface com os seguintes programas:

- Programa de Educação Ambiental e Programa de Comunicação Social: ao fornecer dados que propiciem a produção de informação e materiais elucidativos e educativos esclarecendo as dúvidas da comunidade;
- Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico: ao fazer levantamento de informações, junto às comunidades locais, quanto à ocorrência de aspectos ou materiais relacionados a este Programa.

9. PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Considerando o caráter fundamentalmente social de um projeto de desapropriação e de realocação involuntária, este Programa tem como diretrizes, o intercâmbio de ideias, as opiniões e discussão sobre as soluções a serem adotadas como o elemento chave de condução de todo o processo. Desta forma, a discussão com as famílias afetadas, está prevista e permeará o Programa em todas as suas fases. Este contato deverá ocorrer de forma frequente, evitando-se interrupções e distanciamentos, uma vez que isto poderá dificultar os entendimentos e prejudicar o processo de realocação.

10. IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

As famílias a serem realocadas localizam-se em área contígua a rodovia BR-386 especificamente entre os o km 354+652,63 e o km 354+861,58, no município de Estrela.

Dentro do polígono afetado, encontram-se 20 residências, 19 ocupadas, sendo que a família que recebeu o selo de número 09 está sem aparecer a mais ou menos um ano, onde não foi possível fazer a atualização dos dados da mesma. Ressaltamos que, durante a 2ª etapa das atualizações dos dados cadastrais, foram encontrados mais dois moradores que ficam dentro da faixa de domínio, em local de difícil acesso e visualização. Portanto, os dados dos

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

moradores acima referidos foram incluídos no momento em que foram detectados no local.

Identificou-se somente um estabelecimento comercial no local, uma oficina mecânica que funciona numa garagem na frente de uma das residências. Assim sendo, pode-se afirmar que o polígono de afetação é predominantemente residencial.

11. PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS ENCONTRADAS NOS IMÓVEIS DE USO RESIDENCIAL

O número de famílias a serem realocadas é 19, com uma população total de 61 pessoas, sendo de 3,21 a média de pessoas por família. Dos 61 moradores, 29 são do sexo masculino e 32 do sexo feminino, sendo destes 12 crianças e 07 adolescentes (conforme conceitos estabelecidos nos termos do art. 2º da Lei Federal nº 8.069/90, que se considera criança a pessoa de até 12 anos de idade incompletos e adolescentes o sujeito de 12 anos completos há 18 anos incompletos. Observa-se, portanto, que 32,20% da população que está ocupando a faixa de domínio da rodovia BR-386 no trecho em questão é composta de crianças e adolescentes.

A faixa etária predominante na idade adulta é de 22 a 39 anos o que equivale a dizer que é uma população que tem força de trabalho. Nesta população, a maioria dos chefes de família é do sexo masculino.

O tempo de moradia ressalta que as pessoas encontram-se enraizadas na região e possuem vínculos de parentesco direto, levantou-se que pelo menos 02 famílias está há mais de 20 anos no local.

Quanto à situação ocupacional dos moradores, constatou-se que 12 pessoas possuem vínculo empregatício, os empregos formais são em sua maioria no setor industrial em bairros próximos e vizinhança, utilizam-se de transporte coletivo e individual para o deslocamento ao trabalho (bicicleta).

No grupo há somente 4 pessoas aposentadas, 6 pessoas não trabalham e 10

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

são autônomos . Com relação à situação ocupacional dos chefes de família, não se identificou nenhum em situação de desemprego.

Quanto à escolaridade, 72,7% possuem o ensino fundamental incompleto e 5,45% são analfabetas, o restante são crianças com menos de 5 anos de idade que ainda não frequentam a escola. É importante ressaltar que do grupo somente uma pessoa está cursando o Ensino Médio.

A renda média familiar é de R\$ 795,42 (setecentos e noventa e cinco reais e quarenta e dois centavos), ou seja, um pouco mais de um salário mínimo, o que indica uma população de baixa renda no geral.

No que se refere aos imóveis, predominam as residências de baixo padrão construtivo, em sua totalidade são de madeira, apresentado muitas frestas, a cobertura do telhado é de brasiliti, não possuem forro e o piso é de madeira.

As condições sanitárias são precárias, pois não possuem banheiros, utilizando-se de “patentes” construídas nos fundos ou ao lado das casas. A maior parte das residências também não possui canalização interna de água.

Com base nos dados acima, destaca-se os seguintes casos de vulnerabilidade:

- Um chefe de família portador de necessidades especiais;
- Todas as famílias podem ser caracterizadas como de baixa renda;
- Baixo nível de escolaridade;
- Grande quantidade de crianças na área;
- Condições de moradia precárias.

12. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

A responsabilidade pela implantação, gerenciamento e supervisão da execução do Programa de Apoio à Realocação da População Desapropriação, em suas diferentes fases, é do empreendedor, ou seja, do Departamento

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT. Entretanto está prevista a colaboração de parceiros institucionais na execução deste Programa que serão estabelecidas através da celebração de convênios de cooperação.

Os convênios de cooperação previstos são:

- Prefeitura Municipal de Estrela.

13. CRONOGRAMA

O Cronograma do Programa de Apoio à Realocação da População Diretamente Afetada pela Implantação do Empreendimento deverá guardar correspondência com o Cronograma de Execução das Obras de Restauração e Duplicação da Rodovia, visto que faz parte dos instrumentos de planejamento e controle das atividades. Devendo conter todas as fases de trabalho, apresentando como marcos as datas de início e se estenderá por um período de 12 (doze) meses após a conclusão do projeto, perfazendo um total de 36 (trinta e seis) meses, contemplando o monitoramento e avaliação do Programa.

2. PROGRAMA DE MONITORAMENTO, CONTROLE E MITIGAÇÃO DE DANOS PATRIMONIAIS

Este programa está inserido no Plano Básico Ambiental das obras de duplicação da rodovia BR 386/RS, trecho: ENTR BR-158(A) (DIV SC/RS) – ENTR BR-116(B)/290 (Porto Alegre), subtrecho: ENTR BR-453/RS-130 (p/ Lajeado) – ENTR BR-287(A) (tabaí), Segmento: km 350,8 – km 386,0, com 35,2 km de extensão.

Através da parceria entre o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT e a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, através do Termo de Cooperação nº 886/2010-DPP e processo nº 50600.014908/2010-90, que objetivam a execução de Programas Ambientais na BR 386/RS, trecho Tambaí-Estrela, entre os km 350,8 – km 386,0 com 35,2 km de extensão, incluso como obrigatoriedade do processo de licenciamento ambiental, junto ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, constante na Licença Prévia nº 338/2009 e Licença de Instalação nº 709/2009, e juntamente com o contrato nº 274/2010 entre a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC e a Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU que firmam a execução do projeto de extensão “Gestão Ambiental Interina para a Execução de Programas Ambientais na BR 386/RS”, financiado pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT foi realizado este trabalho.

O trecho de rodovia da BR-386/RS a ser duplicado e restaurado se desenvolve entre o limite do perímetro urbano da cidade de Estrela, no km 351,5, coincidindo com o final da pista duplicada entre Lajeado e Estrela, e o entroncamento com a RSC/287, no km 385,0, localizado junto à cidade de Tabaí.

A rodovia corta o estado do Rio Grande do Sul no sentido geral noroeste-sudeste, idêntica orientação mantida no segmento Estrela-Entroncamento RST/287. O segmento está localizado na porção sudeste do estado do Rio

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

Grande do Sul, atravessando os municípios de Tabaí, Taquari, Fazenda Vilanova, Bom Retiro do Sul e Estrela.

Apenas os municípios de Tabaí, Estrela e Fazenda Vilanova possuem seus núcleos urbanos na Área de Influência Direta. Nos demais, a rodovia corta áreas rurais.

Por tratar-se de um importante corredor rodoviário, o segmento Estrela-Entrocamento RST/287 (Tabaí) apresenta elevada concentração de ocupação residencial, além de empreendimentos comerciais, industriais e de serviços ao longo de sua diretriz.

No ano de 2011 foram realizadas vistorias e seus laudos correspondentes em todas as edificações situadas na ADA do empreendimento na sede urbana de Fazenda Vila Nova, tendo em vista a previsão da construção de elevado no local. Ainda ao longo de 2011 foi realizada vistoria e laudo correspondente a uma residência objeto de reclamação por parte de sua moradora.

No presente documento é apresentado tal levantamento, a título de registro junto ao IBAMA, tendo em vista que encontra-se programado para o mês de junho a vistoria de encerramento das atividades no local.

As vistorias são realizadas em função do avanço das obras e do surgimento de situações de risco e, apesar da ênfase do PBA recair sobre a área urbana de Fazenda Vila Nova, estão sendo e poderão ser monitoradas edificações ao longo de todo o trecho em obras.

A seguir apresenta-se o laudo elaborado para a residência situada nas proximidades do Km 375, Lado Direito da rodovia.

LOCALIZAÇÃO



O LOCAL

Seguindo a metodologia adotada, será apresentada a seguir uma sequência de fotos mostrando o imóvel vistoriado.

A Precisão dos resultados

Relatório para fins de cadastro de imóveis com referência ao Plano Básico Ambiental do Programa de Monitoramento, Controle e Mitigação de Danos Patrimoniais. Determinamos como nível de precisão a avaliação expedita baseado no grau de confiabilidade dos dados.

LD, próximo ao Km 375

Descrição da foto:

- Referência no Google Earth, Proprietário/Inquilino, (data, hora).



1: Marlene Francisca Fernandes,
29°37'30.35"S .. 51°46'31.18"O

MARLENE FRANCISCA FERNANDES - PROPRIETÁRIA

Características gerais:

- Casa de alvenaria conjugada em madeira,
- Sem calçada,
- Cobertura de telha de fibrocimento,
- Piso de madeira e contra piso nas áreas de alvenaria,
- Portas e janelas algumas de ferro e outras de madeira,
- Sem forro na parte interna da residência,
- Residência sem pintura nas paredes,
- Paredes do WC rebocadas, demais paredes de alvenaria sem reboco.

Convênio N° 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU

Ficha de Vistoria de Imóveis

Nome: Marlene Francisca Fernandes	
Endereço: BR 386 próximo ao Km 375 - Bairro: Bom Jardim	
Município: Taquari	Estado: RS

Sobre a Edificação

<i>Tipo Edificação</i>	<input checked="" type="checkbox"/> Res. Unifamiliar	<input type="checkbox"/> Prédio Comercial	<input type="checkbox"/> Loja	<input type="checkbox"/> Supermercado
<input type="checkbox"/> Apartamento	<input type="checkbox"/> Galpão	<input type="checkbox"/> Indústria	<input type="checkbox"/> Rural	<input type="checkbox"/> Outro
<i>Estado de Conservação</i>	<input type="checkbox"/> Nova	<input type="checkbox"/> Nova/Regular	<input checked="" type="checkbox"/> Regular	<input type="checkbox"/> Reg/RepSimples
	<input type="checkbox"/> Reparos simples	<input type="checkbox"/> RepSimples/Imp	<input type="checkbox"/> Reparos Import	<input type="checkbox"/> RepImp/Semval
<i>Ocupação</i>	<input type="checkbox"/> Vazio	<input checked="" type="checkbox"/> Proprietário	<input type="checkbox"/> Inquilino	<input type="checkbox"/> Empréstimo

Observações

Residência conjugada de alvenaria e madeira com anexo na parte de trás para criação de animais (porcos, gado, galinhas).
Foram tiradas fotos da/das paredes externas e internas de todos os cômodos.
A proprietária relata que por motivos das obras de duplicação da BR 386 a estrutura da residência foi abalada.
Registro fotográfico foi realizado em 05/05/2011.

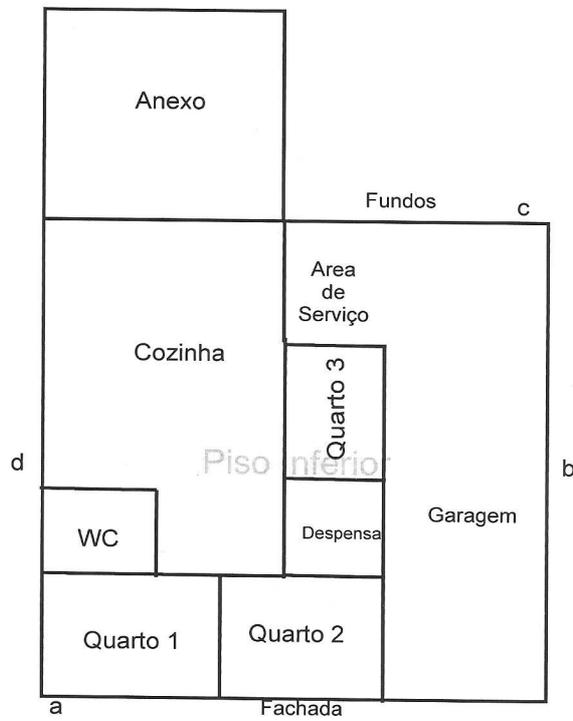
Assinaturas

<i>Marlene Francisca Fernandes</i>		Documento de Identificação	Data: 05/05/2011
Proprietário/Inquilino: Marlene Francisca Fernandes		RG 9.061.028.933	
Testemunha:			
Responsável Técnico: Rodrigo Reitz <i>Rodrigo Reitz</i>		RG 1.816.385	
Responsável Técnico			

Convênio N^o 2010/0166 DNIT – UFSC/FAPEU



CROQUI - Planta





Fachada



Fachada



Porta – com vidros faltantes e quebrados –
fachada



Falta de reboco - fachada



Visada da direita para esquerda – fachada



Falta de reboco na parede - lado esquerdo da porta de entrada - fachada



Fissura na parede do lado direito da janela do quarto - fachada



Fissura na parede do lado de baixo da janela do quarto - fachada



Vidraças perfeitas na janela do quarto 2 - fachada



Fissura e reboco faltante na parede abaixo da janela do quarto - fachada



Visada do centro para esquerda – conjugado entre alvenaria e madeira – fachada



Pilar de sustentação - fachada



Pilar de sustentação - fachada



Vidraças perfeitas na janela do quarto 1 - fachada



Vista panorâmica – sem reboco – lateral direita



Vidraças inteiras – lateral direita



Vidraças inteiras – lateral direita



Parede sem reboco, toda a extensão – lateral direita



Telha fibrocimento, sem reboco, sem calçada, sem forro – lateral direita



Telha de fibrocimento em perfeito estado



Telha de fibrocimento em perfeito estado



Caixa d'água



Caixa d'água



Parede sem reboco, tijolo quebrado – lateral direita



Vista – fundos



Sem porta, sem reboco - fundos



Detalhe do telhado do anexo, parede sem reboco e tábuas para cobrir a parede e o beirado – fundos



Telhado do anexo - fundos



Garagem observada da abertura da porta dos fundos, observa-se chão de contra-piso e teto sem forração - fundos



Anexo em madeira - fundos



Janela em perfeito estado – anexo - fundos



Vista panorâmica – lateral esquerda



Janela em perfeito estado – wc – lateral esquerda



Pilar de sustentação – lateral esquerda - fundos



Vista panorâmica do centro para frente – lateral esquerda



Pilar de sustentação – lateral esquerda – detalhe da caixa do medidor de luz

	
<p>Janela da cozinha – lateral esquerda</p>	<p>Pilar de sustentação – lateral esquerda</p>
	
<p>Pilar de sustentação – lateral esquerda –</p>	<p>Pilar de sustentação – lateral esquerda – frente</p>

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

<p>parede sem reboco - detalhe da tubulação de água e esgoto do banheiro</p>	<p>da residência</p>
	
<p>Visão panorâmica – observação da frente para os fundos – lateral esquerda – beirado forrado, sem calçada, parede do banheiro sem reboco</p>	<p>Visão do assoalho, vista por baixo da residência –lateral esquerda</p>

	
<p>Visão do assoalho, vista por baixo da residência –lateral esquerda</p>	<p>Visão do assoalho, vista por baixo da residência –lateral esquerda</p>



Visão do assoalho, vista por baixo da residência
–lateral esquerda



Visão do assoalho, vista por baixo da residência
–lateral esquerda



Visão do assoalho, vista por baixo da residência
–lateral esquerda



Visão do assoalho, vista por baixo da residência
–lateral esquerda



Visão do assoalho, vista por baixo da residência
– lateral esquerda



Visão do local onde são criados os animais nos
fundos da residência – lateral esquerda



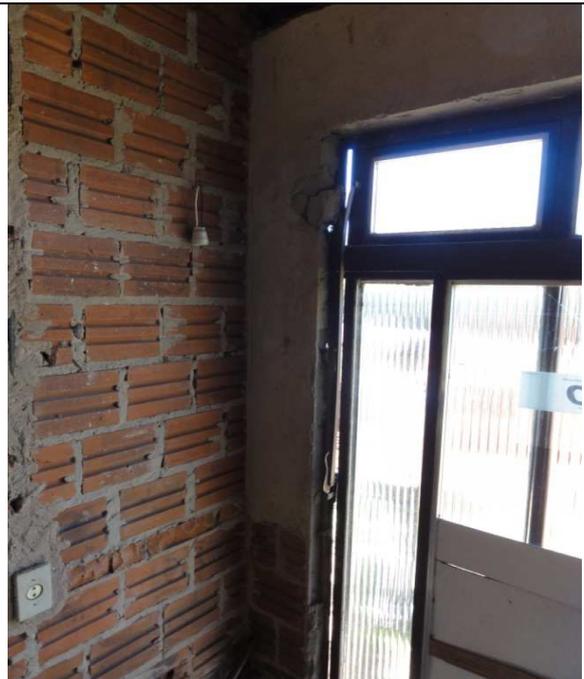
Garagem, sem forro, sem piso cerâmico, sem reboco nas paredes de alvenaria, parede da direita fora do prumo - visão dos fundos para a frente da residência



Garagem, detalhe do contra-piso - visão dos fundos para a frente da residência



Garagem, detalhe do contra-piso - visão da frente para os fundos da residência



Falta de fixação da porta de entrada da garagem



Garagem, detalhe dos caibros do telhado e da parede sem reboco



Garagem, detalhe parede fora do prumo



Lavanderia, porta de entrada para a cozinha nos fundos da foto



Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



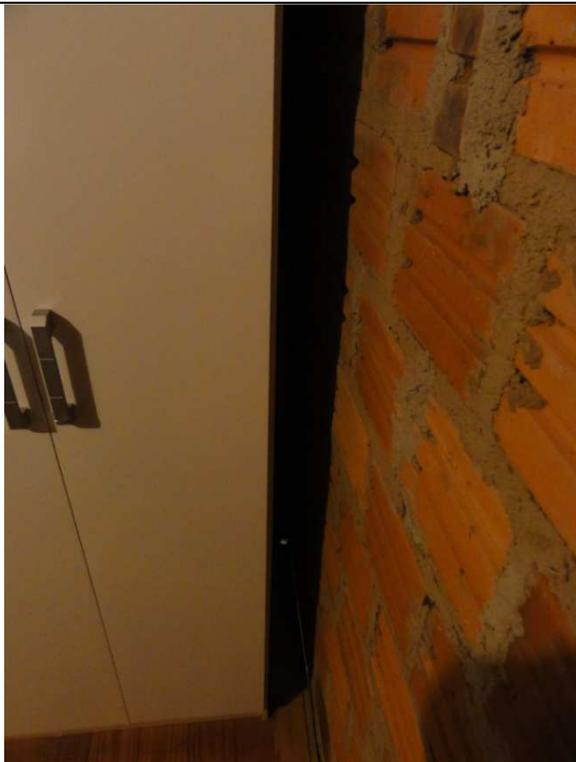
Quarto 2



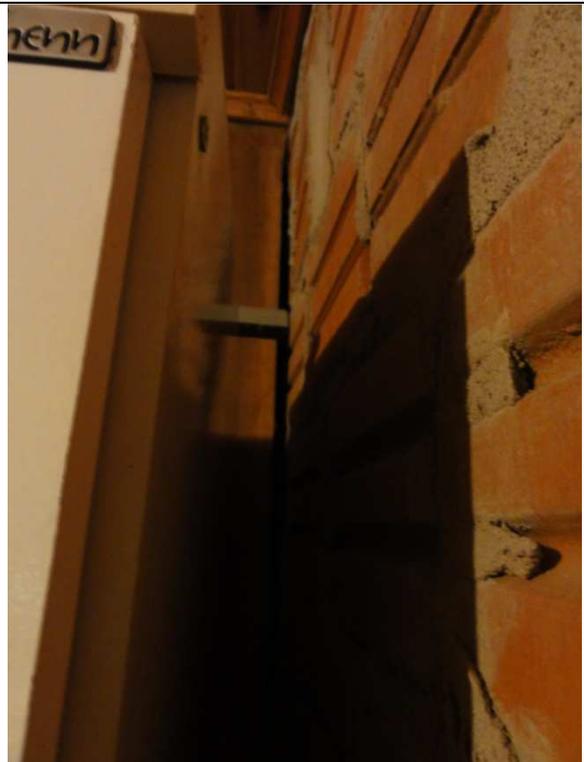
Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



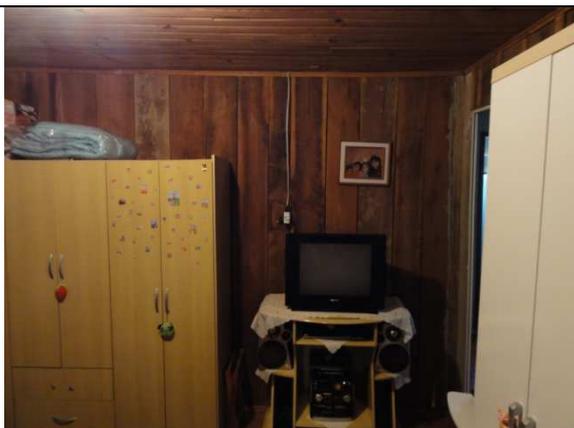
Quarto 2



Quarto 2



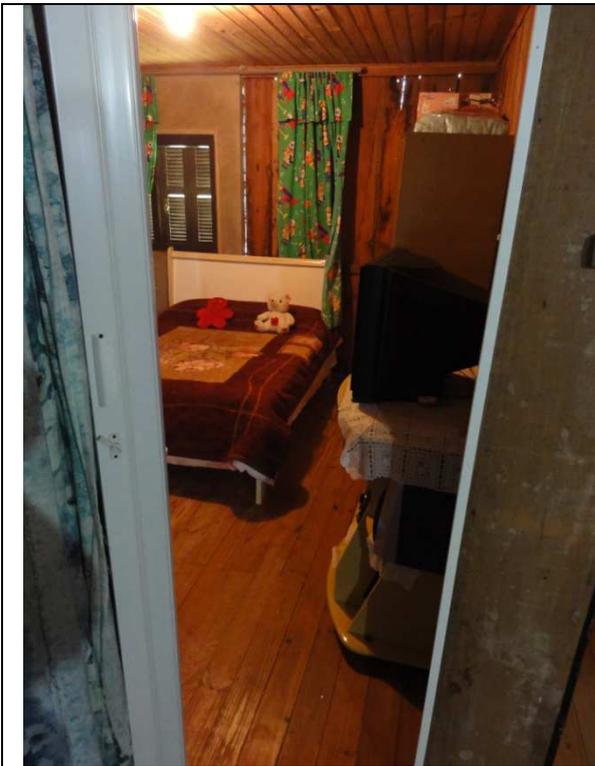
Quarto 2



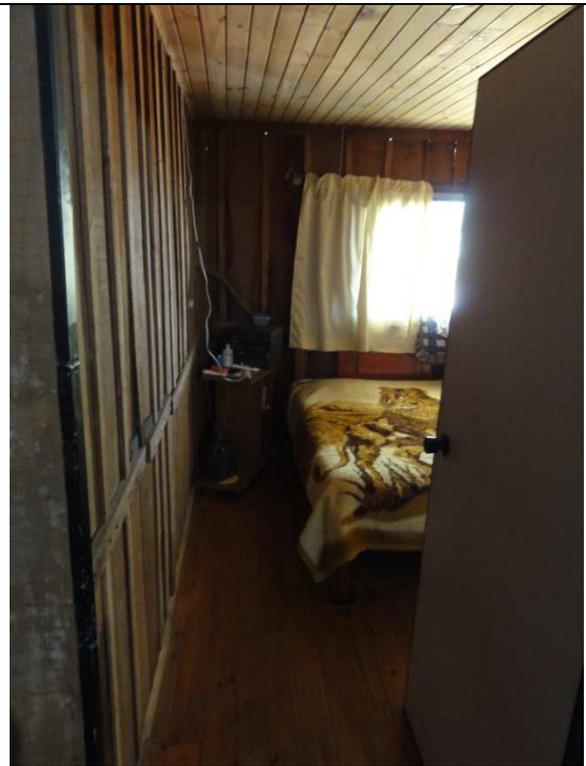
Quarto 2



Quarto 2



Quarto 2



Quarto 1



Quarto 1



Quarto 1



Quarto 1



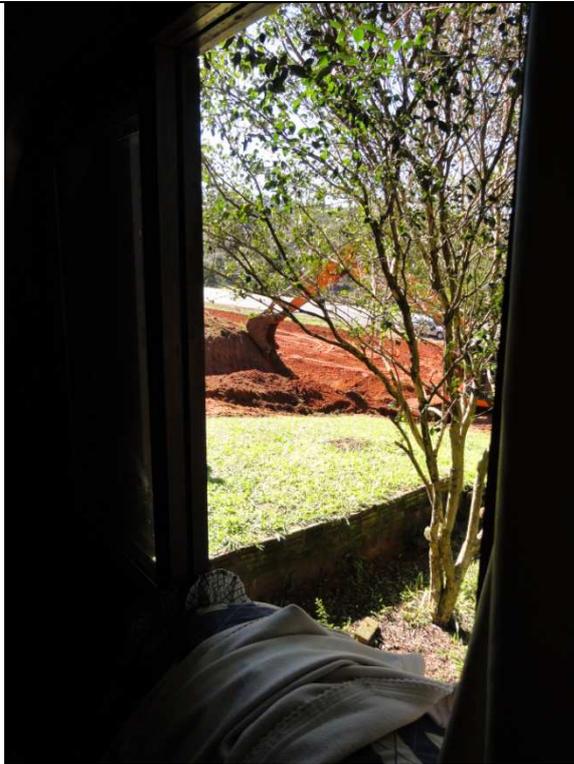
Quarto 1



Quarto 1



Quarto 1



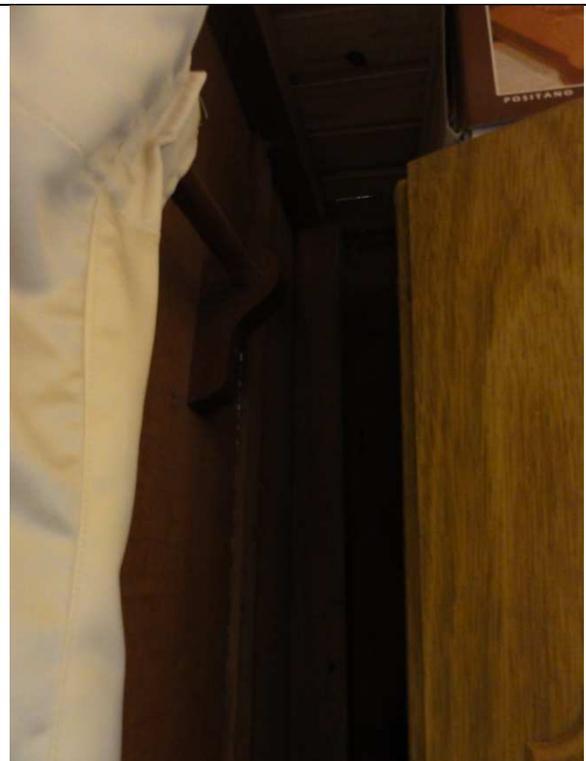
Quarto 1



Quarto 1



Quarto 1



Quarto 1

	
<p>Quarto 1 – detalhe da porta do armário fora do prumo</p>	<p>Quarto 1 – detalhe da porta do armário fora do prumo</p>
	
<p>Cozinha</p>	<p>Despensa</p>



Quarto 3



Quarto 3

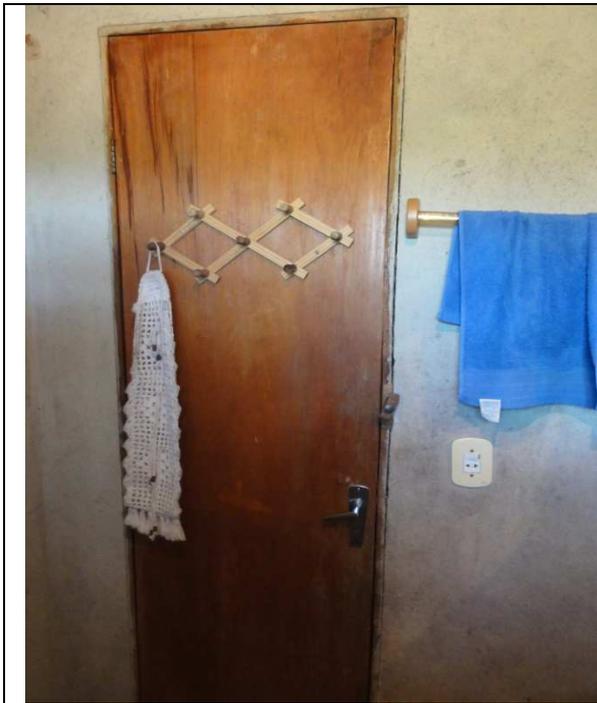


Quarto 3



Porta do WC

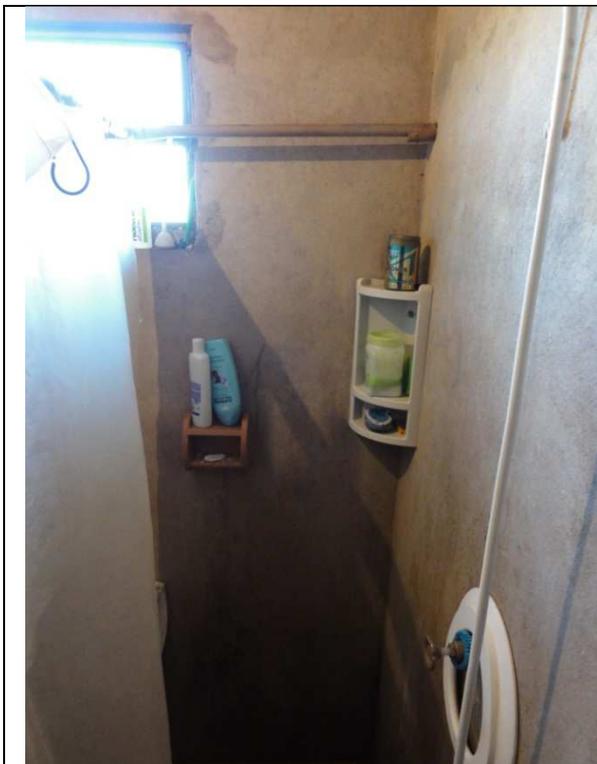
<p>Fenda entre a porta do WC e a cozinha</p>	<p>Fenda entre a porta do WC e a cozinha – comparativo com uma caixa de fósforos</p>
<p>WC</p>	<p>WC</p>
<p>WC</p>	<p>WC</p>



WC



WC



WC



Cozinha



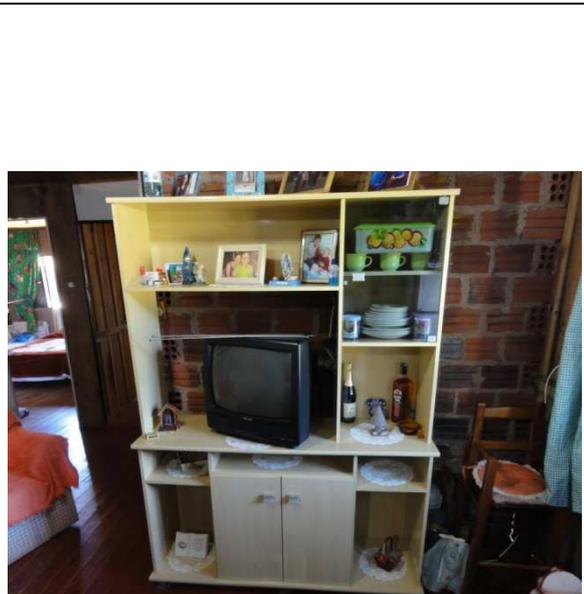
Cozinha



Cozinha



Cozinha



Cozinha



Cozinha



Cozinha



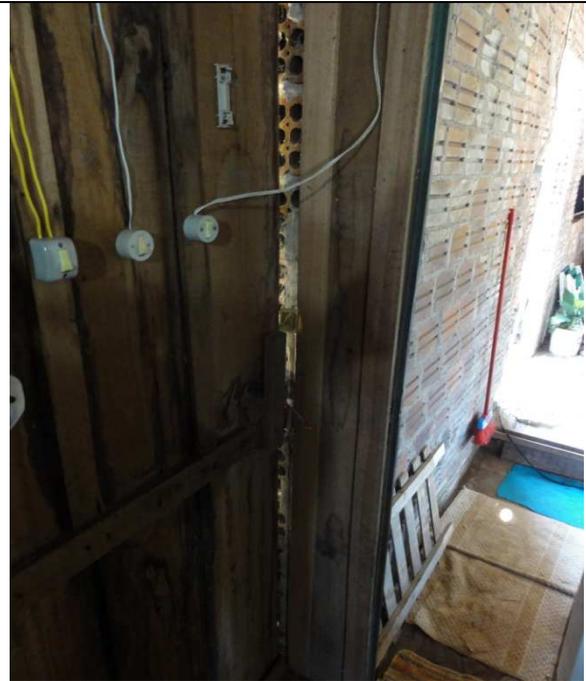
Cozinha



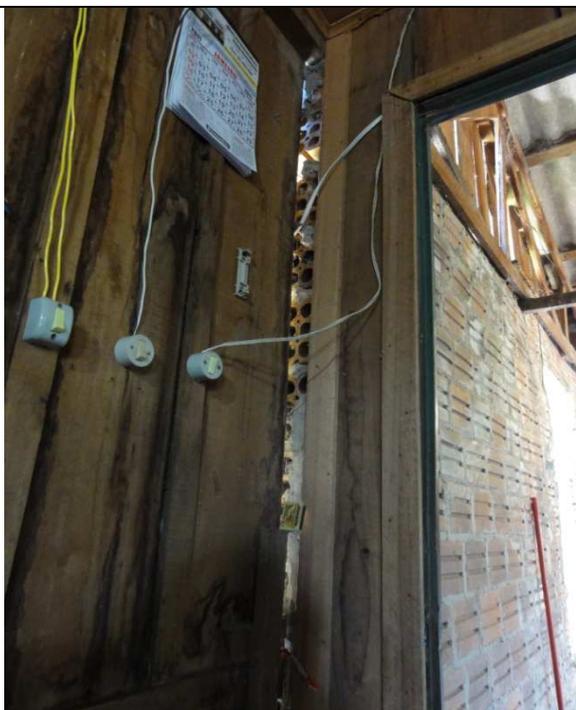
Cozinha



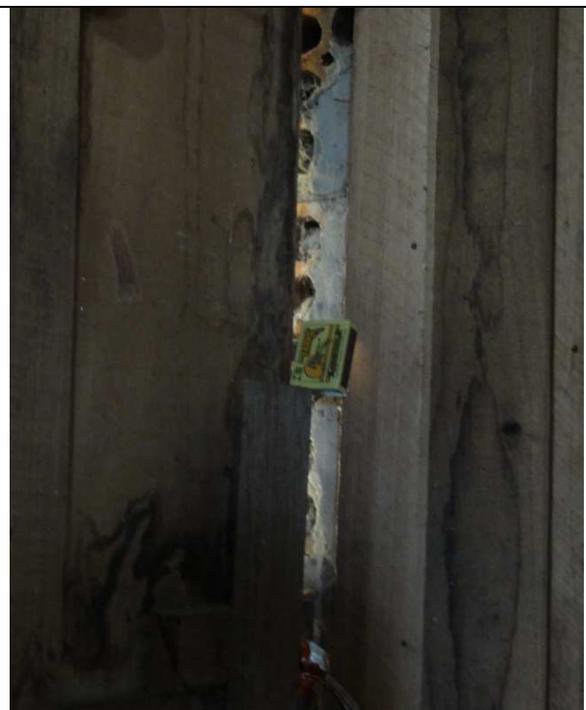
Cozinha – porta para a area de serviço



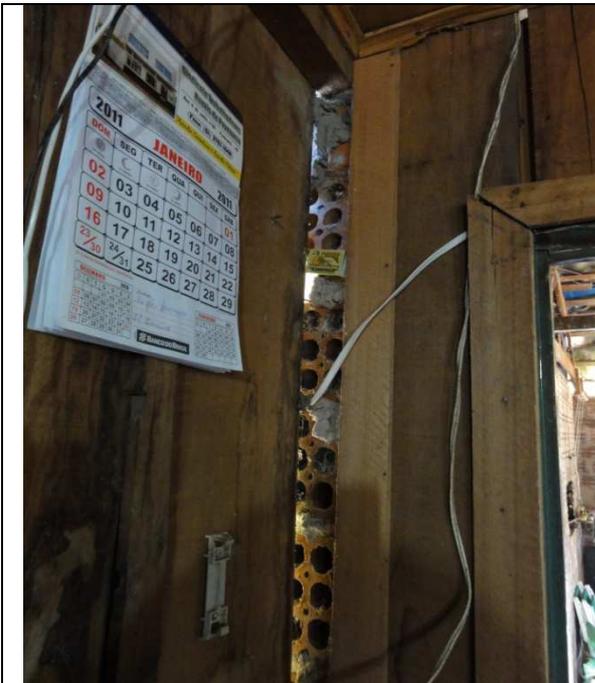
Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria entre a cozinha e a área de serviço



Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria entre a cozinha e a área de serviço – caixa de fósforo como comparativo



Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria entre a cozinha e a área de serviço – caixa de fósforo como comparativo



Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria entre a cozinha e a área de serviço – caixa de fósforo como comparativo



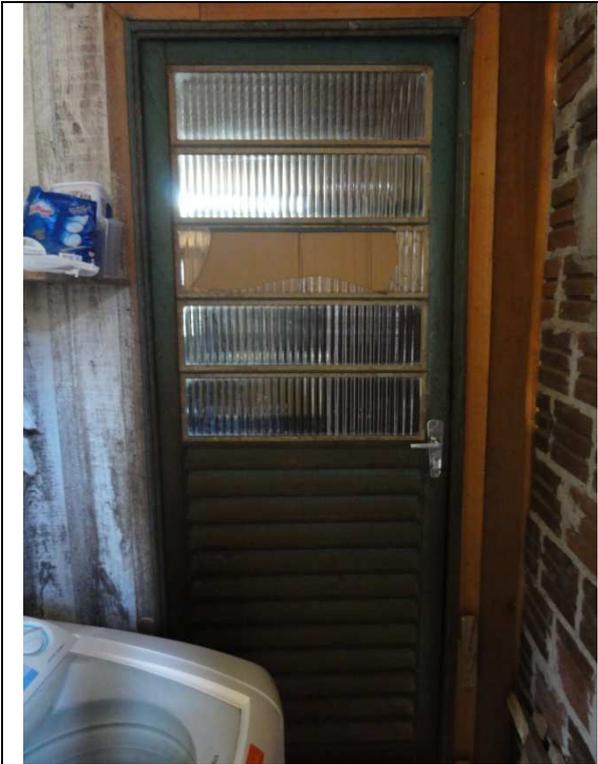
Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria entre a cozinha e a área de serviço – caixa de fósforo como comparativo



Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria na cozinha



Diferença entre a parede de madeira e de alvenaria na cozinha



Porta entre a cozinha e a área de serviço com vidraça quebrada

3. PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E RESGATE ARQUEOLÓGICO

O Programa de Prospecção e Resgate Arqueológico integrante do Plano Básico Ambiental-PBA das obras de duplicação da BR-386/RS tem como objetivo prever as prioridades e metas que deverão ser atingidas a fim de minimizar compensar os impactos decorrentes do empreendimento e que afetam o patrimônio arqueológico da área.

A área que compreende o trecho do projeto foi diagnosticada durante a elaboração do Estudo de Impacto Ambiental-EIA como detentora de um patrimônio arqueológico importante, tendo sido identificados três sítios arqueológicos na Área Diretamente Afetada-ADA do empreendimento. Os sítios arqueológicos identificados representam testemunhos de tempos distintos do passado pré-colonial brasileiro, tendo sido encontrados um abrigo com petroglifos atribuído à Tradição Umbu e dois sítios da Tradição ceramista Tupiguarani.

Desse modo, o Programa de Prospecção e de Resgate Arqueológico visa o cumprimento da legislação pertinente ao licenciamento para a implantação do empreendimento em questão. De acordo com o que determina o Art. 4º da PORTARIA IPHAN Nº 230, de 17 DE DEZEMBRO de 2002, “a partir do diagnóstico e avaliação de impactos, deverão ser elaborados os Programas de Prospecção e de Resgate compatíveis com o cronograma das obras e com as fases de licenciamento ambiental do empreendimento de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área”.

Durante esse trimestre, foi dada sequência ao monitoramento e os relatórios de acompanhamento são entregues diretamente ao IPHAN.

4. PLANO DE AÇÃO DE EMERGÊNCIA, DIRECIONADO AO TRANSPORTE DE PRODUTOS PERIGOSOS

O Plano de Ação de Emergência (PAE) foi elaborado para as obras de duplicação da BR-386/RS, no trecho do Km 350,8 ao Km 386, a partir de um diagnóstico da rodovia. Como há uma importante movimentação de produtos perigosos no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul, somado ao aumento do tráfego na rodovia a ser duplicada, esse plano se justifica como medida para propiciar respostas rápidas, eficientes e compatíveis com os possíveis impactos ambientais causados por acidentes e inspeções de manutenção.

Assim, o principal objetivo do PAE é dar respostas rápidas e imediatas em caso de situações de emergência envolvendo acidentes com produtos e cargas perigosas que transitam pela Rodovia.

Para garantir esse objetivo, foram listados no Plano Básico Ambiental os seguintes pressupostos:

- Identificação dos perigos que possam resultar em acidentes (hipóteses acidentais);
- Mapeamento dos elementos ambientais passíveis de impactos por produtos perigosos;
- Definição das atribuições e responsabilidades;
- Programa de treinamento dos integrantes da estrutura de resposta;
- Minimização das consequências e impactos associados;
- Estabelecimento das diretrizes básicas necessárias para atuações emergenciais;
- Disponibilização de recursos para o controle das emergências.

O Plano é centrado na concessionária SULVIAS SA, uma das empresas integrantes do Consórcio UNIVIAS. No caso da constatação de acidentes com produtos perigosos são previstas três alternativas de acionamento do Plano:

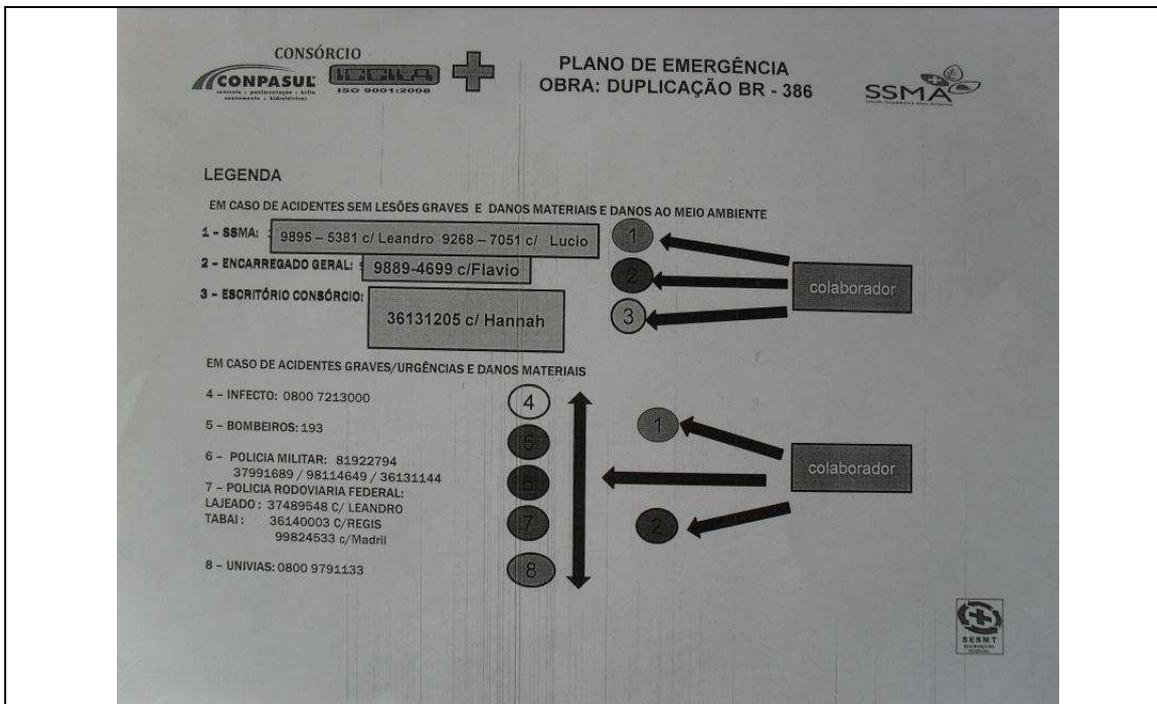
Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

- Primeira: após o acidente o usuário, estando consciente ou através de terceiros, acionará a SULVIAS SA/UNIVIAS que desencadeará as ações.
- Segunda: a Polícia Rodoviária Federal detecta o acidente e aciona a SULVIAS SA/UNIVIAS e os órgãos participantes do Plano.
- Terceira: Através da viatura o funcionário da SULVIAS S.A./UNIVIAS, aciona o Centro de Coordenação Operacional (CCO) da SULVIAS S.A., que desencadeará as ações.

Assim, após reunião com ANTT, DNIT, SULVIAS SA/UNIVIAS em 13/12/2011 e com Polícia Rodoviária Federal, o Consórcio construtor, organizou um plano de emergência para casos de acidentes, indicando o acionamento da UNIVIAS e técnicos das áreas de segurança e meio ambiente do Consórcio. Cópias deste plano são distribuídas aos responsáveis pelas frentes de obras e condutores de veículos que operam na obra.

Também durante os treinamentos do Serviço de Saúde e Meio Ambiente da empreiteira é distribuído - juntamente com os manuais de bolso sobre EPI e Sinalização - adesivo com telefone de emergência para acionamento da UNIVIAS.

Por sua vez, a UNIVIAS além de acionar a Polícia Rodoviária Federal e - de acordo com as características do acidente - aciona outras instituições, entre elas o Serviço de Emergência Ambiental da FEPAM, órgão estadual com atribuições para atender emergências e danos ambientais no Rio Grande do Sul, incluindo acidentes rodoviários com cargas perigosas. Também é competência da Fundação o licenciamento, fiscalização e manutenção do cadastro atualizado do transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário de produtos perigosos, o que facilita o contato com as empresas responsáveis pelas cargas.



Plano de emergência distribuído nas frentes de obras, indicando o acionamento da UNIVIAS em caso de acidentes.



Adesivo com telefone de emergência da UNIVIAS, distribuído aos trabalhadores da obra.

Univias		ATA DE REUNIÃO	
ASSUNTO:		ATA Nº:	DATA:
Reunião Univias / Consórcio Conpasul-Iccila		01/2010	17/12/2010
PARTICIPANTES:			
UNIVIAS: Eng. Daniel, Alexandre Ennes, Eng. Denis, Hermes, Paulo Linck			
Conpasul / Iccila: Eng. Cláudio, Leandro, Eng. José Palm, Eng. Getúlio, Jari			
TRATATIVAS:			
Gestor	Assunto	Data entrega	Obs.:
Denis / Daniel	Sinalização de Obras e Procedimentos Operacionais que afetem o fluxo e segurança dos usuários durante as atividades das obras de duplicação nos trechos da BR 386 operados pela SULVIAS		<ul style="list-style-type: none"> - Solicitado a readequação das placas de obras conforme Manual de Sinalização de Obras do DNIT. - Combinado a integração Operacional do Consórcio com CCO-UNIVIAS(Paulo Linck- 51 91288007) - Centralização de informações sobre quaisquer atividades da obra via 08009791133(CCO-UNIVIAS) - Apresentado os representantes da SULVIAS, Engenharia(Eng.Daniel – 51 91288087), Operação Pista/Praças(Hermes – 51 91288066), do UNIVIAS, Gestor Engenharia(Eng.Denis – 51 91288058), Supervisor de Atendimento(Paulo Linck – 51 91288007), Coordenador Operacional(Alexandre Ennes – 51 91288089) - Fica autorizado pela SULVIAS o Consórcio encobrir as placas indicativas existentes que afetem e/ou alterem as informações da sinalização de obras. - Apresentação de Integração de Segurança da obra conforme NR-18(6 horas) - Apresentados os representantes do Consórcio Conpasul / Iccila, Gerente de Contrato(Eng.Cláudio 51 95393266), Engenheiro de Segurança(José Palm – 51 99952673), Coordenador de Obras(Jari – 51 95304501 / 51 85491186), Técnico de Segurança(Leandro – 51 96344781), Engenheiro de Segurança(Getúlio – 51 99891307), Escritório Fazenda Vilanova(51 36131205) - Combinado manter os delineadores no acostamento durante o período noturno afim de que se evite acidentes e futuras indenizações aos responsáveis. - Nas intervenções de maior porte ficará disponível os recursos da SULVIAS(ambulância – guincho). - As atividades das obras no fim de ano 2010 (término dia 23/12/2010 e reinício dia 03/01/2011)
PRÓXIMA REUNIÃO:			
Data	Hora	Onde	Pauta

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

ATIVIDADES EXECUTADAS NO PERÍODO

Objetivando prevenir acidentes na rodovia em função da execução das obras, são monitorados regularmente: a utilização de lonas para cobertura dos caminhões durante transporte de materiais (evitando-se a dispersão/lançamento de material particulado na pista); a remoção de eventuais acúmulos de solo nos acostamentos e faixas de rolamento; e a adequada sinalização da obra. Também são mantidos contatos frequentes com a PRF.



Caminhão a serviço da obra trafegando na rodovia com carga coberta por lona.



Remoção de sedimentos do acostamento.



Bandeirinha sinalizando frente de obra.



Contatos frequentes com PRF.

Convênio Nº 667/2011 DNIT – UFSC

No trimestre em foco foi registrado no trecho um acidente envolvendo caminhão transportador de GLP. O Acidente ocorreu no dia 15/01/2011 (sábado).



Segundo informações do sistema de acompanhamento de acidentes da Polícia Rodoviária Federal, não houve registros de acidentes envolvendo produtos perigosos no trecho das obras de duplicação da BR-386/RS, conforme tabela a seguir.

Acidentes x Mortos x Feridos

Pro Trecho - NURAM-RS

Ano do Acidente	Classificação Acidente	Qtd Acidentes	Qtd Ferido Leve	Qtd Ferido Grave	Qtd Morto	Descrição Produto Perigoso
2010	COM VÍTIMAS FATAIS	2	0	1	2	NAO SE APLICA
	COM VÍTIMAS FERIDAS	30	38	9	0	NAO SE APLICA
	SEM VÍTIMAS	47	0	0	0	NAO SE APLICA
2011	COM VÍTIMAS FATAIS	5	3	2	9	NAO SE APLICA
	COM VÍTIMAS FERIDAS	52	78	19	0	NAO SE APLICA
	SEM VÍTIMAS	78	0	0	0	NAO SE APLICA
2012	COM VÍTIMAS FATAIS	2	1	1	2	NAO SE APLICA
	COM VÍTIMAS FERIDAS	22	34	9	0	NAO SE APLICA
	SEM VÍTIMAS	31	0	0	0	NAO SE APLICA

Descrição Status Ocorrência é igual a **Encerrada**
e BR do Acidente é igual a **386**
e UF Acidente é igual a **RS**
e Km Acidente é maior ou igual a **358**
e Km Acidente é menor ou igual a **385**
e AnoMêsDia do Acidente está entre **20100801** e **20120510**